

Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH
Unidade de Pronto Atendimento Santa Paula - UPA Porte II
(CNPJ. 23.453.830/0010-60)

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)			
	Nota	2019	2018
Ativo			
Circulante		3.034.366	4.248.390
Caixa e equivalentes de caixa	4	86.074	1.167.226
Contas a receber	5	2.552.070	2.693.863
Estoque		69.863	71.076
Outros créditos	6	323.362	312.600
Despesas antecipadas		2.998	1.656
Não Circulante		87.801	104.186
Outros créditos		62.700	62.700
Imobilizado - líquido	7a	6.144	9.889
Intangível - líquido	7b	18.957	31.597
Total do Ativo		3.122.167	4.352.576

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Fínidos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)

Descrição	Patrimônio Social		Déficit do exercício	Total
	2019	2018		
Incorporação ao patrimônio social (201.603)	201.603	201.603		
Déficit do exercício			(1.447.112)	(1.447.112)
2019	4.259.679	(1.447.112)		2.812.567
Incorporação ao patrimônio social (1.447.112)	1.447.112	1.447.112		
Déficit do exercício			(1.529.276)	(1.529.276)
2018	2.812.567	(1.529.276)		1.283.291

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Exercícios Fínidos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional: a) **Objetivos Sociais:** A Unidade de Pronto Atendimento e Pronto Atendimento Infantil Santa Paula, da Prefeitura de Ponta Grossa (PR), funcionamento 24h por dia e são voltados para atendimentos de urgência e emergência, com pediatras, clínicos e enfermeiros para um atendimento de qualidade e eficaz aos usuários, com base no Protocolo de Manchester, que classifica o grau de problema. Na unidade também estão disponibilizados exames laboratoriais, raios-x, aplicação de medicamentos, inalações e eletrocardiograma. A UPA está situada a Rua Nicolau Kluppel Neto, 1645, Bairro Contorno, cidade de Ponta Grossa-PR. b) **Contrato de Gestão:** A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) é administrada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), 06 de dezembro de 2010, sendo atualizado por meio de contrato de gestão nº 422/2014, aditado por contrato emergencial, vigente até 31/08/2020. O INDSH é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOE de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social nº área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021, pela Portaria nº 78 de 18.01.2019, pelo Ministério da Saúde. e) **Impactos da COVID-19 nas operações:** A Entidade vem promovendo o treinamento de seus profissionais e prestadores de serviços acerca dos procedimentos de identificação, controle e tratamento de eventuais pacientes diagnosticados com o COVID-19. A Administração julga não haver fatores que impliquem em impactos imediatos e significativos nas operações de gestão da UPA, porém, atua estrategicamente, em conjunto com o ente público, com foco na saúde básica do estado, afim de isolar os pacientes com o vírus. Organização Mundial da Saúde - OMS em 12 de agosto de 2020, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revista da em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.944/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 17 de abril de 2020. **2.2. Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis:** a) **Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em conta bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas no custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta líquida e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b) **Estoque:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vendidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c) **Ativo Imobilizado:** Os imobilizados são registrados em nome de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou

	Nota	2019	2018
Passivo			
Circulante		1.572.410	1.447.447
Fornecedores	8	691.907	548.767
Obrigações trabalhistas	9	720.502	734.852
Obrigações sociais		133.945	138.338
Obrigações fiscais		266.056	25.490
Não Circulante		266.466	92.562
Partes relacionadas	10	266.466	92.562
Patrimônio Líquido	12	1.283.291	2.812.567
Patrimônio social		2.812.567	4.259.679
Déficit do exercício		(1.529.276)	(1.447.112)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		3.122.167	4.352.576

construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é estabelecida em contrapartida a receita para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil de ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. d) **Ativo Intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software, e) **Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas condições são identificadas e o valor contábil líquido é superior ao valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f) **Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contas a receber, são avaliadas o montante e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas civis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis e a hierarquia das leis e jurisprudências relativas a essas decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g) **Atribuição de Superávit/Déficit:** Os resultados são apurados pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. b) **Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contrato de gestão pública. i) **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. j) **Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2019 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. i) **Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44, e seguintes do Código Civil. m) **Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. 3. **Gestão de Risco:** A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **Risco de liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações de recebimento de respostas. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para

Demonstração dos Déficit's dos Exercícios Fínidos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)

Descrição	Nota	2019	2018
Recetas			
Serviços prestados pacientes SUS		13.874.400	13.800.000
(-) Glosas		(1.496.537)	(1.120.193)
(+) Reversão de glosas		139.610	-
Doações e subvenções		1.210	-
12.518.683	12.679.317		
Custos			
Serviços de terceiros		(5.651.424)	(6.004.160)
Pessoal e encargos		(4.484.474)	(4.346.736)
Materiais e medicamentos		(861.741)	(764.423)
Despesas		(3.066.649)	(3.057.592)
Pessoal e encargos		(1.121.119)	(1.086.985)
Despesas gerais e administrativas		(1.894.201)	(1.942.842)
Impostos, taxas e contribuições		(34.343)	(10.729)
Depreciação/amortização		(16.385)	(17.336)
Resultado Financeiro Líquido		15.729	46.712
Despesas financeiras		(35.286)	(12.114)
Recetas financeiras		51.015	58.826
Déficit do Exercício		(1.529.276)	(1.447.112)

atender seus usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem da Administração de liquidez é de garantir o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inevitáveis ou com risco de imagem à Entidade.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:	2019	2018
Caixa	302	1.500
Aplicações financeiras de liquidez imediata	85.772	1.165.726
86.074	1.167.226	

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em aplicações de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo. 5. **Contas a receber:** Referência aos valores a receber conforme contrato número 422/2014 com a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa referente serviço de gestão de 20/08/2020.

	2019	2018
Contrato número 422/2014 - PM Ponta Grossa	2.552.070	2.693.863
	2.552.070	2.693.863

6. Outros Créditos: Créditos financeiros 15.391 48.635
ISS retido a restituir (*) 307.366 263.965
322.757 312.600

(*) Trata-se de ISS retido pela prefeitura de Ponta Grossa, do qual o INDSH já solicitou restituição e deferido pelo Município, uma vez que, por ser considerada Entidade filantrópica, possui imunidade tributária.

7. a. Imobilizado

Máquinas Móveis e Equip. de Aparelhos e equipa-mentos	Úteis - silos	Equip. - Infor-	Equip. de Medi-	Total	
				2019	2018
Saldo Inicial	4.514	1.782	5.914	12.377	14.534
Adições	-	-	-	-	-
Depreciação (650)	(264)	(3.405)	(326)	(4.645)	
Em 31/12/2018	3.864	1.518	2.506	2.001	9.889
Saldo Inicial	3.864	1.518	2.506	2.001	9.889
Depreciação (650)	(264)	(2.306)	(325)	(3.745)	
Em 31/12/2019	3.214	1.254	1.676	1.676	6.144

7. b. Intangível: Software 20% Total
Saldo Inicial 44.288 44.288
Amortização (12.691) (12.691)
Em 31/12/2018 31.597 31.597
Saldo inicial 31.597 31.597
Amortização (12.640) (12.640)
Em 31/12/2019 18.957 18.957

8. Fornecedores: 2019 2018
Materiais e medicamentos 108.743 56.827
Serviços em geral 145.921 100.628
Serviços médicos 355.311 364.922
Fornecedores Diversos 81.932 26.390
691.907 548.767

9. Obrigações Trabalhistas: 2019 2018
Obrigações trabalhistas 289.099 284.361
Provisão férias 399.536 417.223
Provisão FGTS s/ férias 31.867 33.768
720.502 734.852

10. Partes Relacionadas: Em 2019, o montante a pagar de R\$ 266.466 (R\$ 92.562 em 2018) no passivo não circulante, referem-se a recursos relacionados ao a mesma gestão. **11. Provisão para Contingências:** A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da Diretoria

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Para os Exercícios Fínidos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 - Em Reais (R\$)

	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(1.529.276)	(1.447.112)
Depreciação/amortizações	16.385	17.336
Déficit ajustado	(1.512.891)	(1.429.776)
Variáveis no circulante das contas de ativo e passivo	257.835	1.243.102
Redução dos créditos - circulante	133.002	1.555.498
Aumento das despesas do exercício seguinte	(1.341)	(100)
Aumento/(Redução) de fornecedores	143.138	(49.606)
(Redução)/Aumento de obrigações trabalhistas	(14.350)	15.598
(Redução)/Aumento de obrigações sociais	(4.393)	16.522
Aumento de obrigações tributárias	567	428
(Redução) de outros obrigações	-	(254.535)
(Redução) das obrigações - não circulante	-	(62.700)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(1.255.056)	(186.674)
Atividades de financiamento	173.904	(6.798)
Partes relacionadas	173.904	(6.798)
Diminuição no caixa e equivalente de caixa	(1.081.152)	(193.472)
Varição em caixa e equivalente de caixa (Nota 4)		
Balço existente no início do exercício	1.167.226	1.360.698
Balço existente no final do exercício	86.074	1.167.226
Diminuição no caixa e equivalente de caixa	(1.081.152)	(193.472)

evolução dos processos, considerou não haver necessidade de provisão para contingências fazer face a estes processos. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	Passível	
2019	2018	
Trabalhista	264.000	40.000
	264.000	40.000

12. Patrimônio Líquido: O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit) ou deduzidos por insuficiências (déficit).

13. Despesas Gerais e Administrativas: 2019 2018
Serviços de gestão (1.251.640) (1.181.409)
Energia elétrica (130.605) (107.229)
Aluguel de máquinas (223.414) (206.266)
Cursos e congressos (16.624) (74.411)
Viagens e hospedagens (73.395) (105.233)
Outros (198.523) (268.294)
(1.894.201) (1.942.842)

14. Cobertura de Seguros: Em 2019, a cobertura de seguros foi determinada com base técnica que a Administração considera suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. **15. Renúncia Fiscal:** A Entidade aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais, conforme com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 7 - C (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incobrados sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados e contabilizados, como se devido fosse.

	2019	2018
Conta patronal	964.752	861.829
Terceiros	279.778	249.930
RAT/SAT	96.475	86.183
Total INSS	1.341.005	1.197.942
COFINS	416.232	414.000

16. Instrumentos Financeiros: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de bens públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou, no vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2019	2018
Aplicações financeiras	85.772	1.165.726
Contas a receber	2.552.070	2.693.863
Total passivos financeiros	2.637.842	3.859.589
Fornecedores	691.907	548.768
Total passivos financeiros	691.907	548.768

Juliano Pizetta Steurer - Diretor Executivo - CPF: 978.032.000-87

Ponta Grossa/PR, 17 de abril de 2020

Irineu Ricardo do Carmo - Contador - CRC PR 075170-0-4

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

A Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Unidade de Pronto Atendimento Adulto e Infantil Santa Paula - Porte II - Ponta Grossa - PR. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Unidade de Pronto Atendimento Adulto e Infantil Santa Paula - Porte II, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH/Unidade de Pronto Atendimento Adulto e Infantil Santa Paula - Porte II, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAAs") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • Provisões para riscos e passivos contingentes. Conforme nota explicativa nº 11,

provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões civis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerada como foco de análise em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíam, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 17 de abril de 2020
Planners Auditores Independentes
CRC.SP nº 2SP 14.712/O-2 - CVM 11.398
Valter Pivovam - Contador CRC ISP 146.651/O-0
Auditor Independente - CNAI 1.018
Heitor Pivovam - Contador CRC ISP 331.721/O-0
Auditor Independente - CNAI 6.199

35299/2020

PARANÁ CLÍNICAS - PLANOS DE SAÚDE S.A.
CNPJ/MF: 76.717.040/0001-10 - NIRE: 41300021422

SUMÁRIO DA ATA DA DÉCIMA SÉTIMA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E DÉCIMA NONA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS CUMULATIVAMENTE EM 12 DE MARÇO DE 2020

1) **DATA, HORA E LOCAL:** Aos 12 (doze) dias do mês de março de 2020, às 09:00 horas, na sede da Companhia, localizada à Avenida Getúlio Vargas, nº 3.201, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, CEP: 80.240-041.
02) **PRESENCIA:** Presença de (i) Acionistas: representando 100% (cem por cento) das ações com direito de voto; (ii) Administrador: **EVANDRO SÉRGIO CORDEIRO MARTINS**, brasileiro, viúvo, diretor financeiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 322.362.809-63, portador da C. Identidade nº 2.075.370-6, fornecida pelo I. Identificação do Paraná, residente na Rua Prof Dário Veloso, nº 399, apartamento 603, bairro Vila Izabel, Curitiba-PR, onde é domiciliado, na qualidade de Diretor Vice Presidente da Companhia; (iii) Auditor Independente: **FABIANO RICARDO PEREIRA**, brasileiro, contador, inscrito no CRC/PR sob nº. 51.691/O-6 e inscrito na CVM nº. 12416; E, ainda, na qualidade de convidado, Felipe Skraba, advogado inscrito na OAB/PR sob o nº 48.957.
03) **COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA:** Aclamados Hamilton Calderari Leal Junior - Presidente e Evandro Sérgio Cordeiro Martins - Secretário;
04) **PUBLICAÇÃO:** Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019, acompanhado do Parecer do Auditor Independente, efetivação no "Diário Oficial Paraná", edição nº 10.638, p. 47/48, no dia 04/03/2020 e "Bem Paraná" edição nº 11.354, p. 09/10, no dia 04/03/2020;
05) **CONVOCAÇÃO:** Carta Convite endereçada previamente aos Acionistas, por estes recebida, datada de 28 de fevereiro corrente;
06) **ORDEM DO DIA:** Deliberar:
7.1 - **EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, sobre: **A)** Apreciação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019, acompanhado do Parecer do Auditor Independente, bem como apreciação das próprias contas da Diretoria; **B)** Deliberação sobre o pagamento aos Acionistas do dividendo estatutário e destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2019;
7.2 - **EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, sobre: **A)** Apreciação da proposta da Diretoria de aumento do Capital Social de R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais) para R\$ 35.200.000,00 (trinta e cinco milhões e duzentos mil reais); **B)** Apreciação de proposta da Diretoria para alteração do art. 5º do Estatuto Social da Companhia, através de nova redação, face o aumento do capital, se aprovado;
07) **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE DE VOTOS:**
7.1 - **EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** **A)** Aprovados, sem ressalva, o Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019, bem como as contas da Diretoria; **B)** Deliberado o pagamento aos Acionistas de dividendos obrigatórios, adotando o estatutariamente previsto, no percentual de 10% (dez por cento) do lucro líquido apurado no período; Deliberado que o valor de R\$ 437.238,54 (quatrocentos e trinta e sete mil, duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), correspondente à 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado, será destinado à "Reserva Legal", sendo que do saldo, a quantia correspondente a R\$ 4.018.770,65 (quatro milhões, setecentos e setenta e seis reais e sessenta e cinco centavos) será vertida para a conta de reserva de lucros, somando-se aos valores já existentes, para futura deliberação da sociedade, e o remanescente, no valor de R\$ 1.575.816,70 (um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil, oitocentos e dezesseis reais e setenta centavos), será distribuído como dividendos aos acionistas da Companhia, cujo pagamento deverá ser feito no prazo de até 60 (sessenta dias) contados da presente data;
7.2 - **EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** **A)** Aprovada a Proposta da Diretoria de aumento do Capital Social de R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais) para R\$ 35.200.000,00 (trinta e cinco milhões e duzentos mil reais), com incorporação do saldo da reserva legal no valor de R\$ 437.238,54 (quatrocentos e trinta e sete mil, duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e quatro centavos) e da reserva de lucros de exercícios anteriores no valor de R\$ 7.762.761,46 (sete milhões, setecentos e sessenta e dois mil, setecentos e sessenta e um reais e quarenta e seis centavos), totalizando o aumento a importância de R\$ 8.200.000,00 (oito milhões e duzentos mil reais), passando o capital, inteiramente subscrito e integralizado, a ser de R\$ 35.200.000,00 (trinta e cinco milhões e duzentos mil reais), representado por 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; **B)** Aprovada a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, passando a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social é de R\$ 35.200.000,00 (trinta e cinco milhões e duzentos mil reais), totalmente integralizado, representado por 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."
08) **SUMÁRIO DA ATA:** Aprovada a efetivação da presente, na forma de Sumário, bem como a publicação deste Sumário da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária;
09) **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar o Presidente da mesa franqueou a palavra aos presentes e como ninguém se manifestou no sentido do uso desta foi suspensa a Assembleia pelo tempo necessário para elaboração da presente ata, que após lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes;
10) **ASSINATURAS DE:** Hamilton Calderari Leal Junior (acionista); Haxi Administração e Participações Ltda. - por Heloisa Helena Gomes Slaviero Leal - Administradora Não Sócia (acionista); Evandro Sérgio Cordeiro Martins (Diretor Vice Presidente); Fabiano Ricardo Pereira (Auditor Independente); Felipe Skraba, advogado, OAB/PR 48.957, CPF 051.018.179-10; Certificamos que a presente cópia foi extraída do original, lavrado às fls. 17 à 18 verso do Livro de Atas de Assembleias Gerais nº 02, Autenticado na Junta Comercial do Estado do Paraná em data de 28.01.2015 sob nº. 15/010517-7. Curitiba, 12 de março de 2020.

HAMILTON CALDERARI LEAL JUNIOR
Presidente

EVANDRO SÉRGIO CORDEIRO MARTINS
Secretário

Visto:
Felipe Skraba
OAB/PR 48.957

QUADRO DEMONSTRATIVO DE AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL DELIBERADO PELA AGO / AGE, REALIZADA EM 12/03/2020

ACIONISTA	CAPITAL POSSUÍDO QUANTIDADE	CAPITAL POSSUÍDO EM %	CAPITAL POSSUÍDO R\$	AUMENTO DE CAPITAL COM:					RESUMO		
				LUCROS DESTINADOS A DISTRIBUIÇÃO	JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	RESERVA LEGAL 5%	RESERVAS DE LUCROS	TOTAL DO AUMENTO	QUANTIDADE ATUALIZADA DE AÇÕES	CAPITAL ATUALIZADO	% DO CAPITAL SOCIAL
HAMILTON CALDERARI LEAL JUNIOR	9.999.999	99,999999%	26.999.997,30	0,00	0,00	437.238,50	7.762.760,68	8.199.999,18	9.999.999	35.199.996,48	99,999999%
HAXI ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.	1	0,00001%	2,70	0,00	0,00	0,04	0,78	0,82	1	3,52	0,00001%
TOTAL	10.000.000	100,000000%	27.000.000,00	0,00	0,00	437.238,54	7.762.761,46	8.200.000,00	10.000.000	35.200.000,00	100,000000%

COMPOSIÇÃO DOS LUCROS / DIVIDENDOS / JCP	SALDO EM	MOVIMENTAÇÃO	SALDO	FUTURO	FUTURO
	31/12/2019	EM 2020	EM 29/02/2019	AUMENTO	SALDO
RESERVA LEGAL 5%	437.238,54	0,00	437.238,54		0,00
RESERVA DE LUCROS	9.338.578,16	0,00	9.338.578,16		1.575.816,70
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO 2018	3.743.990,81	0,00	3.743.990,81		0,00
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO 2019	5.594.587,35	0,00	5.594.587,35		1.575.816,70
SALDO PARA FUTURA DESTINAÇÃO	9.775.816,70		9.775.816,70	8.200.000,00	1.575.816,70

Curitiba, 12 de Março de 2020.
HAMILTON CALDERARI LEAL JUNIOR
Presidente da Assembleia
EVANDRO SÉRGIO CORDEIRO MARTINS
Secretário da Assembleia

CERTIFICO O REGISTRO EM 30/03/2020 10:57 SOB Nº 20196141834.
PROTOCOLO: 196141834 DE 08/10/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12001402226 NIRE: 41300021422 PARANA CLÍNICAS - PLANO DE SAÚDE /S/A
LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO - GERAL
CURITIBA, 30/03/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

35602/2020